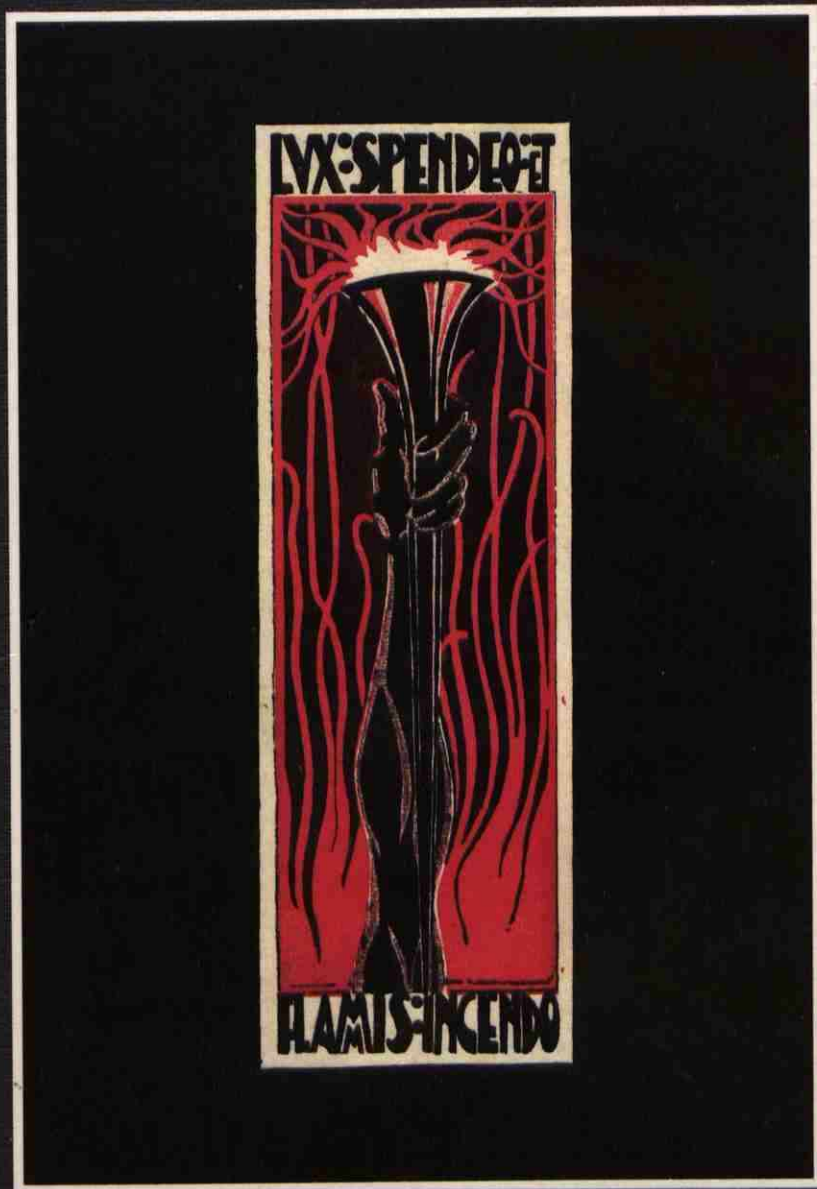


Antônio Reis • Eduardo Lourenço • João Freire • José-Augusto França
José Augusto Seabra • Manuel Braga da Cruz • Paulo Archer de Carvalho
Paulo Samuel • Rogério Fernandes

REVISTAS

IDEIAS E DOCTRINAS

Leituras do Pensamento Contemporâneo



A ÁGUIA E O MOVIMENTO “RENASCENÇA PORTUGUESA”

PAULO SAMUEL

Que sentido tem hoje evocar, a quase um século de distância, a trajetória cultural e histórica de *A Águia* e do Movimento “Renascença Portuguesa”, do qual esta revista foi órgão divulgador e emblemático? Será que importa redescobrir a dinâmica da aventura renascentista que, nas exactas palavras de António Sérgio, pretendia “a cultura do povo português”? Citando textualmente o autor desse ensaio intitulado *O Problema da Cultura*, editado em 1914 pela “Renascença Portuguesa”, curiosamente um ano depois da polémica que travou com Jaime Cortesão nas páginas de *A Vida Portuguesa*, reflecta-se no alcance destas palavras: “se interpreto com justeza o nosso comum pensamento, ou se me é lícito avaliar pela minha a disposição dos meus amigos, fundámos a *Renascença* na convicção, mais ou menos consciente, de que a Pátria demanda uma revolução construtiva; e de que a maneira mais eficaz de a tentar não são os processos vulgares da política, mas sim uma larga acção educadora, exercida pela fundação e manutenção de jardins-escolas e escolas-oficinas, universidades populares, revistas, conferências, discussões (...)”¹.

Efectivamente, a “Renascença Portuguesa” foi muito mais do que um momento de expressão saudosista, na rente ou rasteira interpretação a que muitos se ativeram, à míngua do entendimento do saudosismo elevado a uma teleologia, a que o visionarismo axiológico de Teixeira de Pascoaes o conduziu e todos aqueles que acreditavam numa arte de ser português para a implantação da Era Lusíada. Importa notar, com Pinharanda Gomes, que “A saudade não é um *estar estático*, mas um *estar dinâmico*; não é um simples *dejecto ôntico*, mas um *projecto teótico*, algo que na real e mundanal inferioridade das mutações, gradações e corrupções, se afirma passível de real e celestial superioridade de permanência, indivisibilidade e incorruptibilidade. A mão pela qual a criatura acena ao criador (...)”².

Num levantamento inédito que sabemos leva já vários anos de pesquisa e será brevemente editado em livro, o Professor Américo Monteiro, da Faculdade de Letras do Porto, num capítulo da sua tese “A Recepção da Obra de Friedrich Nietzsche na Vida Intelectual Portuguesa”, afirma que “estamos efectivamente perante a agremiação de maior significado e de maior alcance na evolução da vida intelectual e literária em Portugal dos primeiros anos da época republicana. Este movimento, aberto ao pluralismo das ideias e das sensibilidades, traduz uma nova forma de pensar e de fazer cultura”³. E acrescenta: “(...) os homens da *Renascença Portuguesa*, (...) sobretudo pela sua colaboração na revista *A Águia*, formam um núcleo significativo de pensadores e de autores abertos ao diálogo das culturas e civilizações, muito despertos e sensíveis a tudo o que, pela Europa, se ia pensando e dizendo, e empenhados em abrir Portugal à Modernidade”⁴.

Se é certo que outros contributos têm sido aduzidos para melhor se compreender a importância da “Renascença Portuguesa” no panorama cultural e literário português, balizado entre a implantação da República e o decénio de 30, com o encerramento da primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto, perspectivando inclusive emergências de um pré-modernismo anterior a *Orpheu* — tese que retomaremos no final desta exposição — facto é que a maioria dos *renascentistas* permanece arredada dos estudos e publicações que vão surgindo sobre as correntes literárias do princípio do século XX, embora beneficiando, recentemente, de uma revisão positiva nas reedições da *História da Literatura Portuguesa*, de Óscar Lopes e António José Saraiva.

O propósito deste excurso, nas circunstâncias em que ocorre, visa, principalmente, a formulação explícita destas vertentes: 1. Génese e contornos da “Renascença Portuguesa” no contexto político e sócio-cultural do Porto no fim-de-século; 2. A obra educativa e cultural do Movimento e sua repercussão; 3. A modernidade das propostas da “Renascença Portuguesa”.

1. GÉNESE E CONTORNOS DA “RENASCENÇA PORTUGUESA”...

Como já se assinalou no volume documental que procura retratar aquele que foi o maior Movimento cultural português, “pretender caracterizar o ambiente vivencial, o universo das ideias e das aspirações que se respira no Porto dessa época, em particular no período que marca uma profunda viragem política e social, compreendido entre 1910 e 1930, no qual se situa a eclosão da “Renascença Portuguesa” e a expansão das suas actividades impõe, desde logo, que se estabeleçam algumas premissas que permitam definir uma imagem clara dos fundamentos e dos objectivos que vão nortear a sociedade e, em maior grau, os obreiros das mudanças. Os contornos mais imediatos evidenciam um

movimento de subterrâneas transformações, com interesses políticos e sociais, decorrentes da rarefação de uma sociedade em crise, com notória incidência nos campos laboral e educativo, na perspectiva ou expectativa do início de um novo século, desgastada pela precariedade governativa e carente de uma estabilidade social e melhor nível de vida. Ao encontro dessas aspirações correm e colhem natural simpatia as modernas ideias que chegam de além-fronteiras, como o transformismo, o evolucionismo, o positivismo e o socialismo, enquanto sistemas hodiernos que privilegiam no seu discurso a problemática da equivocadamente designada questão social”⁵. Não obstante, no burgo portuense, a clivagem torna-se quase natural entre facções que pregam os cânones doutrinários e os princípios creenciais em que assenta toda uma sociedade católica, de ancestral obediência monárquica, ou aquelas que, por ideal republicano, defendem uma transformação radical, da política e das mentalidades, ansiando o advento da sociedade livre e a urgência de colocar à hora do subitâneo modernismo o viver português, sobrepondo à herança cultural e à tradição religiosa a consciencialização individual dos grupos sociais enquanto classes determinantes de uma nova era de poder e rumo civilizacional.

A servir de prolegómenos a estas duas posições antitéticas situavam-se no tempo episódios tão distintos como a movimentação da ala católica, através da sua Associação (aliás, a mais antiga da Europa) e do jornal *A Palavra* ou, do outro lado, a participação de núcleos intelectuais, de perfil democrata e republicano, em estruturas como o Centro Republicano do Porto, onde militavam figuras como Alves da Veiga, Rodrigues de Freitas, Oliveira Martins, Sampaio Bruno, Pedro Rocha entre outras. É a hora dos *Clubes* político-partidários e das *Ligas*, das Tertúlias nos Cafés portuenses, a anteceder a mobilização que a revolta dos sargentos suscitará no dealbar do último decénio do século XIX. Deveras pouco atendida – quer aquando da sua marcha e desfilar na Câmara da bandeira republicana, com o retraimento do Partido Republicano e das Lojas maçónicas, como, no presente, pela evocação desvirtuada que dela fazem os actuais políticos da governação – a Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891 constituiu um acontecimento de real significado político e humano, resultante da crença profunda dos principais revoltosos em provocarem uma verdadeira transformação social, económica, de regime e de mentalidade no ultrajado Portugal que se vergara ao *Ultimatum*. Essa utopia abrasa homens de razão esclarecida, que depositam a sua fé no valor do pensamento, abraçados pelo forte amplexo de um idealismo republicano, sabedores de aforismos como o afirmado por José Pereira de Sampaio (Bruno), de que não é republicano quem quer mas quem o pode ser. Distanciado do lirismo dos poetas do Romantismo, em virtude da sua grandeza filosófica e humana, esse ideal está presente na volição dos cidadãos portuenses, com apetência política, porquanto ele ficara já suspenso, pouco tempo antes, no impulso gerado pela criação, em Fevereiro de

1890, da Liga Patriótica do Norte, à frente da qual se colocara, não um político, mas um poeta-filósofo: Antero de Quental. A Liga fora entretanto extinta, mas perdurara a sua significação como ponto alto na história cívica e cultural da cidade. São aspirações idealistas que movem os revoltosos e todos aqueles que, nos bastidores, lhe procuram dar um rumo patriótico e humanista. Daí que seja legítimo afirmar, em apolínea exegese, usando as palavras de Leonardo Coimbra proferidas num discurso de homenagem ao dr. Alves da Veiga, que o valor dessa jornada assenta no princípio dos implicados pensarem que “venciam pela própria força da razão, e a animação que se notara em toda as ruas e as saudações que partiam de todas as janelas da cidade do Porto, bem mostravam que realmente todo o espírito dessa terra era um espírito de exaltação e patriotismo. Todos supunham que nessa madrugada ia raiar nova aurora de beleza e de ideal! E se ela se perdeu sob o ponto de vista utilitário, não se perdeu do o ponto de vista das ideias”⁶. Acaso não vaticinara Bruno que essa República ideal só vingaria se tivesse “o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”? Ora, a República de 1910 será jacobina e positivista, enquanto esta outra teria, certamente, alma religiosa e decerto uma filosofia travejada por um grande espaço de humanismo e exigência ética⁷.

Entretanto, no burgo portuense, um Romantismo denso mas de difícil expansão cedia o lugar a um ultra-romantismo de efêmero apogeu, um “noivado do sepulcro” que encontrara em Soares de Passos o poeta estreme. Para trás ficara visível um maior dinamismo entre a geração letrada, consignado em diversas realizações culturais. Comprovam-no as revistas literárias e de arte, os jornais de poesias inéditas, as récitas no Teatro São João, a afluência dos poetas e dos “profissionais das letras aos outeiros e abadessados, quando não a residências particulares, como aos afamados salões literários da família Browne”. Numa sequência cronológica, nesse passado algo distante haviam surgido revistas e periódicos como *A Esmeralda* (1850), *a Miscelânea Poética* (1851), *O Bardo* (1852), *A Península* (1852), *A Grinalda* (1855) *A Miscelânea Literária* (1860), *A Renascença* (1878), entre outras. Na produção literária, tinham-se destacado os vultos de Camilo Castelo Branco, Evaristo Basto, Coelho Lousada, Alexandre da Conceição, depois Alberto Pimentel e Júlio Dinis. Na poesia, brilhara o talento de Xavier de Novaes, Augusto Luso, Hamilton de Araújo, Custódio José Duarte, Manuel Duarte de Almeida, Pinheiro Caldas. Ao romance histórico, prestara Arnaldo Gama significativo contributo. Célebre corria ainda, por enquanto, a variada poligrafia camiliana, irrompendo mesmo contra o realismo madrugante...

No final do século, despertam no Porto culto multímodas e graves vocações, que levam alguns neófitos às antropológicas matrizes do pensamento português, que se quer dinâmico e não estático, heterodoxo porque não-dogmático, poético em vez de sistemático, fecundando as noções em que radica

o escopo da chamada "Escola Portuense". O *ex-libris* deste grupo, acaso não seja já movimento, denota no trânsito das ideias a escolha do livre arbítrio, a atitude teísta, recusando o dogmatismo da Igreja e a infalibilidade do papa, mas enfrentando o cientismo-evolucionista e o ateísmo. Perfila-se pela preservação dos saberes tradicionais e populares, pelo culto de uma esperança messiânica envolta nas roupagens do sebastianismo, torna recorrente a valorização do passado histórico e heróico face aos avanços industriais, elege o estudo das tradições em detrimento das teorias materialistas e economistas. Reflecte, além disso, a vibração de um idealismo republicano, porém nunca sectário e anti-religioso. A aspiração a uma República que traga liberdade e igualdade, a fraternidade e a educação, com vista a formar homens com vértebra ética e patriótica. Entre os nomes que se podem ligar a esta "escola", que reverdecerá no movimento "Renascença Portuguesa" contam-se, cada um a seu modo, os de Sampaio Bruno, Basílio Teles e Guerra Junqueiro. No interim, chega Alves da Veiga, que se fixa no Porto, onde abre um curso livre de Filosofia e de História, a anunciar, quem sabe, a acção educativa que vão desenvolver as Universidades Populares, criadas pela futura sociedade renascentista.

O 31 de Janeiro de 1891, episódio breve e sangrento, representará, de certa forma, o sinal mais expressivo de toda esta corrente de opinião pública, republicana e democrata, desgastada pelos sucessivos e inconsequentes governos de uma monarquia-constitucional que, alfim, ainda soçobrara sob o peso de um *ultimatum* britânico. No entanto, a República sonhada dará lugar, nove anos depois, a uma outra bem diferente, mudando o idealismo dos princípios em pragmatismo de actuação. O objectivo de viragem, do poder político e dos padrões sociais, fundamenta o golpe republicano que instaura, em 5 de Outubro de 1910, a República Portuguesa. Porém, ela dá-se num terreno em que ainda são visíveis as marcas de um bifrontismo e jogo antinómico que agasta a vida nacional: de um lado, uma parcela de grande influência, de frontal atitude conservadora, maioritariamente católica e tradicionalista, senhora de pergaminhos e de eiras e beiras; do outro, aquela facção que se vai envolvendo numa corrente de opinião, sedenta de transformações, de perfil republicano, por vezes anarco-sindicalista, advogando o modernismo e de ideação positivante. Vitorioso e exercendo o poder, o regime republicano rapidamente compreende que não basta segurar as rédeas da governação e dominar as instâncias policiais para refrear o ímpeto dos perseverantes opositores. Na linha da frente, coloca-se, naturalmente, a elite monárquica, que vai demonstrar na prática e até militarmente o seu poder de mobilização de homens e de tendências. No mesmo sentido, numa amálgama de difíceis contornos, concorre o largo círculo dos católicos (mesmo os progressistas, partilhados entre a república e a monarquia), conscientes da responsabilidade que lhes assiste numa sociedade moldada por regras de observação religiosa. Todavia, as preocupações, incer-

tezas e divergências afluem igualmente do próprio seio do regime. No Partido Republicano, dirigido por Afonso Costa, assiste-se ao afastamento de conhecidas figuras públicas e históricas, partícipes e proeminentes na vanguarda do avanço republicano. Em finais de 1911, retiram-se Basílio Teles, Guerra Junqueiro, Sampaio (Bruno) e Machado dos Santos, pois esta não era a República com que haviam sonhado. Em 1912, funda-se o Partido Republicano Evolucionista, presidido por António José de Almeida, que defende o primado da “ordem” e do liberalismo, embora mantendo uma posição moderada quanto aos destinos da questão religiosa. Algum tempo depois, é fundado o Partido da União Republicana, dirigido por Brito Camacho. A bem dizer, vive-se um período de ineludível divisão e fragmentação dentro das “capelas” republicanas. Um dos principais erros da nóvel República terá sido, na opinião de António Sérgio, segundo o exarou nas páginas de *A Vida Portuguesa*, o facto de se ter desatendido a imprescindível batalha da educação, conquanto esta devesse correr a par de um plano “de reforma positiva, de natureza pedagógica e económico-social, resultante de um estudo dos problemas pátrios”⁸.

É, portanto, neste cenário político e cultural que se lança no seu voo perscrutador e sobranceiro a revista *A Águia*, cujo primeiro número data de 1 de Dezembro de 1910. Não se trata ainda do órgão da “Renascença Portuguesa”, à distância de dois anos da criação do movimento e dos manifestos subscreitos por Teixeira de Pascoaes e por Raul Proença, mas de uma afirmação literária cujos reflexos deixam claramente perceber a vontade de mudança e renúncia aos epígonos românticos e realistas.

Neste ponto, perscrutemos como o projecto da “Renascença Portuguesa” se vem inserir, a montante, num espaço cujo húmus se fortalecera na diversidade destas manifestações literárias e culturais.

Álvaro Pinto principia a edição da revista *Semana Azul* em 1906, a qual terá, no entanto, efémera duração, tal como ocorreu com outras publicações congéneres, de que ficaram notícia a *Nova Seara* e a *Nova Silva*, lançadas em 1907. Regressado da Madeira (o infatigável editor viverá depois de 1924 no Brasil, onde fundará algumas revistas de rasgada feição modernista) Álvaro Pinto vai rodear-se de um grupo de colaboradores, poetas, artistas e escritores dispostos a enfrentar o desafio de uma nova publicação, *A Águia*, cujo primeiro número, por afinidade de data, se revela sinal de restauração. Ela acolhe, na amplitude do seu majestoso voo das vertentes para as estrelas, que tem em mira, uma plêiade de letrados, artistas, professores do ensino livre e ideólogos de coração republicano e democrata, poetas de apetência universalista, pensadores fecundos, parte dos quais procura manter no pulsar da vida portuense uma presença viva, educativa, cultural e cívica, mesmo antes da proclamação da República mas no sobressalto do emudecido vulcão da Revolta do Porto. O que une este grupo heterogéneo, numa acção militante de rasgadas aspirações

de transformação social, de afirmação nos domínios da cultura, da educação e da arte, não é de molde a deixar perceber, a um primeiro relance e na sua exteriorização, as divergências, as diferenças e até a singularidade de pensamento e acção que podem ter concorrido para um ulterior afastamento e cisão. Na *Nova Silva*, no primeiro dos cinco números publicados entre Fevereiro e Abril de 1907, destaca-se a prosa leonardina que, sob a epígrafe "Libertas", difunde críticas sociais e ideais filosóficos, apontando os benefícios e inconvenientes estuantes do progresso. O artigo, intitulado "O Homem Livre e o Homem Legal", anuncia a visão dinâmica que o filósofo Leonardo Coimbra virá a desenvolver nas suas obras e escritos dispersos, no sentido de um progresso não-cousificante mas criacionista, colocando a liberdade do Homem como fim último a alcançar, não obstante as limitações da humana criação, sempre a braços com o Destino. Nessa revista estão também esboçados os propósitos que vão orientar alguns dos participantes da aventura *aguilista*, ao tomarem como perspectiva de estudo e reflexão a mundividência e situação existencial do homem, privilegiando o papel da educação face à aridez e à violência moral e física do ensino oficial ou particular, criticando, de modo difuso mas desenvolvido, os sistemas políticos e sociais tanto sob influência católico-monárquica como materialista e utilitária. Da *Nova Silva* vai nascer o grupo dos *Amigos do ABC (abaissé)*, por volta de 1908, inspirado numa leitura social dos ideais huguescos, o qual se empenhará numa experiência alternativa à pedagogia do regime, em prol de uma acção concreta junto das camadas trabalhadoras e populares e no combate ao analfabetismo.

Se em 1910 toma corpo o embrião que virá a florescer num dos maiores movimentos culturais e de ideias nascido em solo pátrio, isto é, a "Renascença Portuguesa", em 1902 fora editada a obra fundamental que marca, incontestavelmente, o início de um novo ciclo no percurso da originalidade de um pensamento filosófico português. Trata-se da densa e problemática obra de José Pereira de Sampaio (Bruno), *A Ideia de Deus*, originada numa reflexão profunda em torno do pensamento deísta de Amorim Viana e eivada de especulação messiânica brunina, diversa do sebastianismo, sobre a qual urge ainda hoje meditar com acuidade. É com este pensador portuense, filósofo e doutrinador republicano, autor do *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa do 31 de Janeiro de 1891* (escrito de colaboração com Basílio Teles), conhecedor do Porto culto e do Brasil mental, da *Geração Nova* (1886) e dos *Modernos Publicistas Portugueses* (1906), é com Bruno, pensamos, que se redescobrirá uma nova interpretação da teoria messiânica e os arcanos de onde promana certo visionarismo da melhor poética renascentista. Não será de estranhar, por conseguinte, que *A Águia*, na sua segunda série, dedique a este seu mentor referencial uma merecida homenagem, através de artigos subscritos por nomes relevantes.

Retomemos, contudo, o primeiro voo de *A Águia*, “revista quinzenal, ilustrada de literatura e crítica”, que pretende publicar apenas inéditos e tem como director Álvaro Pinto. O primeiro artigo de fundo, afinal sem ineditismo algum (pois fora publicado no jornal *O Norte*, como reconhecerá a redacção decorridos alguns fascículos, justificando o lance), ocupa toda a primeira página e prolonga-se pela segunda. Nele, evidencia-se, por um lado, a importância que as teorias de Nietzsche vão granjeando em Portugal, por outro, que a revista se quer aberta às novas ideias e aos sopros de modernidade. “Os homens superiores na selecção social” é subscrito por Manuel Laranjeira e o autor, analista de um *Pessimismo Nacional*, defende a natural formação de uma classe elitista, superiormente esclarecida, que poderá conduzir todos os homens para uma evolução que visa instaurar a Terra-prometida do progresso e da perfeição. As páginas seguintes são ocupadas com artigos dos jovens que tinham animado em 1907 o grupo anarquista de *A Vida*, precisamente Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, José Augusto de Castro. Proença assina uma feminina “carta perdida”, Teixeira de Pascoaes discorre sobre “Os lavradores caseiros” e Augusto Casimiro divulga os versos de uma “Primavera de Deus”. Até Julho de 1911, data do último número desta primeira série, dedicado a António Nobre, *A Águia* “soltando gritos heróicos de superioridade”, nas palavras de Álvaro Pinto, “alarga as asas no gesto impetuoso do arranque e já devora os ares, com fervor de vida e luta. (...) só ama a grandeza dos horizontes claros. E sempre para mais alto voa ela, (...)”⁹. De renome é a colaboração que se pode registar no volume que perfaz esta série e primeiro ano de publicação: Afonso Duarte, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, Augusto Casimiro, Augusto Gil, Jaime Cortesão, Januário Leite, João de Barros, José Pereira de Sampaio (Bruno), Júlio Brandão, Leonardo Coimbra, Raul Proença, Teixeira de Pascoaes, Veiga Simões, os artistas António Carneiro, Cervantes de Haro, Cristiano de Carvalho, Sanches de Castro, Vergílio Ferreira. Partícipes num veículo comum, não significava que todos comungassem um mesmo ideário, o que se tornaria natural mas não normativo a partir da segunda série, com a liderança de Teixeira de Pascoaes.

Embora sem a projecção que lhe será conferida pelo facto de se tornar órgão da “Renascença Portuguesa”, esta I série de *A Águia* exige que se compulsem as suas páginas pela importância de que se revestem para o estudo das novas correntes literárias em Portugal do início do século xx. Recorde-se que muitos textos e poemas surgem aí pela primeira vez antes de terem sido publicitados em volume e alguns ensaios denotam a importância que se dava na revista às questões de natureza educativa e social, de que resta exemplo o inquérito “A Arte é social?”, proposto por Raul Proença a partir de uma ideia original do poeta belga Emille Veraeren. Aliás, o vanguardismo revelado por parte dos periodicistas já se fizera notar noutras publicações, como em *A Vida* (1905), de tendência anar-

quista, *Semana Azul* (1906), *Ilustração Popular* (1908), na *Pátria* e nas mencionadas *Nova Seara* e *Nova Silva*, esta última dirigida por Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Cláudio Basto e Álvaro Pinto.

Não obstante a falta de documentos que o comprovem, no estado actual da nossa investigação, é possível que a suspensão desta primeira série da revista decorra dos contactos preliminares que se estabeleciam com vista à fundação de um movimento literário, amplo e concertado, que congregaria uma grande parte dos colaboradores num projecto consentâneo. Aliás, este colhe a sua origem no diálogo que Jaime Cortesão alimentou em meados de 1911 com Raul Proença e Teixeira de Pascoaes, conforme é possível aferir, documentalmente, do epistolário que hoje já se conhece¹⁰. Subjacente estava a ideia, feita acto, de se constituir um escol associativo de intelectuais e artistas portugueses, tendo por objectivo uma "acção social orientadora e educativa", mas que fosse "isenta de facciosismos políticos dentro da actual sociedade", nas palavras de Cortesão. Nessa missiva dirigida ao amigo Proença, o poeta barbi-ruivo, com dotes de artista para o desenho, solicita-lhe que se encarregue da elaboração de um "programa", obrigação que ele deveria assumir como "um alto dever moral", irrecusável. A esse programa deveria presidir "uma orientação idealista, um largo espírito de tolerância, para que possa congregar numa acção comum os diversos grupinhos literários entre nós dispersos"¹¹.

Por conseguinte, em resultado desta primeira iniciativa, tem lugar em Coimbra, a 27 de Agosto de 1911, a reunião preparatória que constitui, a bem dizer, o primeiro passo visível para a formação da sociedade. Nela tomam parte Jaime Cortesão (de quem partiu o convite), Álvaro Pinto (que dirigia a primeira série de *A Águia*), Leonardo Coimbra, Augusto Casimiro, Augusto Martins, Teixeira de Pascoaes e Luís Filipe. Embora nesse encontro haja sido formulada a estrutura base da "Renascença Portuguesa", porquanto se discutiram os necessários estatutos, meios de organização e acção, apoios financeiros e encargos, assim como o primeiro manifesto do grupo, proposto por Pascoaes, o certo é que só após ulteriores reuniões se levantará firmemente o edifício da grandiosa obra. A segunda reunião realiza-se em Lisboa, a 17 de Setembro desse mesmo ano, estando representados os comités de Coimbra e do Porto, através dos elementos que se deslocaram até junto do núcleo da capital, o qual contava com os nomes de João de Deus Ramos, Raul Proença, António Sérgio, Câmara Reis, Martins Manso, Mário Beirão e Veiga Simões entre outros. Presente esteve também Albino Forjaz de Sampaio, que desse encontro colherá argumentos para as suas palavras cónicas, destiladas em crónicas na imprensa lisboeta.

Deste encontro e efectuada a leitura do manifesto redigido por Pascoaes, que acrescentou um parágrafo final destinado aos intelectuais do sul, resultará a redacção de um outro, concebido por Raul Proença, mas que tal como o

anterior e primeiro nunca será distribuído ao “povo”. Todavia, ambos serão posteriormente publicados nas páginas do quinzenário *A Vida Portuguesa*. No manifesto de Teixeira de Pascoaes, “A Renascença Lusitana – Ao povo português”, são identificados os alicerces que de ora em diante passam a sinalizar, na imagética pascoaeseana, o espírito lusitano ou o saudosismo. Por outras palavras, definem-se os princípios e as razões teóricas a partir das quais se deverá erguer toda a obra de uma nova civilização, com o fito de fundar uma sociedade sob a tríade essencial da “beleza, justiça e bondade”. No manifesto “Ao povo – A Renascença Portuguesa”, redigido por Proença, fruto da reunião de Lisboa, o teor da exposição incide, com maior acuidade, na crítica à falta de adesão das normas culturais e sócio-económicas às conquistas modernas e ao “espírito do tempo”, situação que urgia modificar em razão do nosso progresso. Raul Proença defende mesmo, em parágrafo final, que se impõe “pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual (...)”. Comparando-se os dois documentos programáticos, percebe-se a irredutibilidade que caracteriza os finalismos de cada um dos propositores: para Teixeira de Pascoaes, o movimento agora criado devia gerar uma transmutação no próprio homem, despertar a consciência para o sentido e o valor de se ser português, porquanto “queremos renascer e não apenas progredir. Queremos vida e não movimento inanimado, espírito e não retórica”, insistindo na necessidade primacial de uma *renascença espiritual*; quanto a Raul Proença, era fundamental instaurar um clima de abertura e aceitação das novas ideologias que emanavam do estrangeiro, em particular as progressistas eivadas de positivismo e socialismo, enfim, havia que trabalhar para *uma renascença política e social*.

Reflectindo talvez sobre esta atitude pragmática e esmiuçando o teor dos escritos político-sociais de Proença nas páginas de *A Águia*, Álvaro Pinto interpretava alguns anos mais tarde o alvorecer e o ocaso da “Renascença Portuguesa” sob este ângulo: “*Renascença e Águia* só tiveram influência e prestígios reais enquanto se conservaram à margem de quaisquer injunções de política partidária, não herdando igual prestígio e influências o grupo que delas se separou, exactamente porque caiu no erro político, com a preocupação quase única, de se imiscuir nos negócios públicos. (...) Houve na *Renascença* altos intuitos de cultura nacional, de revigoração de qualidades próprias, de exaltação da Raça. Tudo se quis pôr de lado para fomentar uma perigosa corrente demagógica, que havia fatalmente de degenerar no internacionalismo (...)”¹².

Um outro ponto que foi alvo da reunião efectuada em Lisboa diz respeito à escolha dos nomes que deveriam integrar as três delegações principais, respectivamente do Porto, Coimbra e Lisboa. Confirmou-se também a data de Janeiro de 1912 para o relançamento da revista *A Águia* numa segunda série e

cuja direcção literária será cometida a Teixeira de Pascoaes, ficando Álvaro Pinto como secretário de redacção, administrador e editor. Efectuadas as reuniões preliminares e com a exteriorização dos propósitos do movimento, como certos jornais do Porto chegaram a noticiar, dando conta da fundação da “Renascença Portuguesa”, o núcleo define os contornos da nova sociedade num processo que culminará com a publicação do Estatuto pelo qual se passará a reger, divulgando-o junto da opinião pública em Dezembro de 1911. O artigo segundo revela a finalidade programática da “Renascença Portuguesa”: “A Sociedade tem por fim promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.” Para isso, seriam criados *comités* em Lisboa, Porto e Coimbra, que não só deveriam divulgar a revista *A Águia*, doravante órgão do movimento, mas fomentar o programa da Renascença. No Porto, o grupo constituiu-se à sombra de figuras como Guerra Junqueiro, Antero de Figueiredo, António Carneiro, Augusto Martins, Cristiano de Carvalho, Jaime Cortesão, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes e, obviamente, Álvaro Pinto.

A “Renascença Portuguesa” – já que não “Lusitana”, como queria e escreveu no primeiro manifesto Teixeira de Pascoaes e que aparece a titular as convocatórias divulgadas na imprensa para a reunião de Lisboa – organiza-se então entre 1911 e inícios do ano seguinte, assumindo o desiderato de abordar pela palavra escrita e oral os temas literários, filosóficos, poético-artístico e de crítica social, já que estes passavam a ser também os eixos em que se moveria *A Águia*, enquanto “revista mensal de Literatura, Arte, Ciência, Filosofia e Crítica Social”.

Esses objectivos passam a enformar na imprensa portuense os artigos dos renascentistas fundadores, como Jaime Cortesão que no jornal *A Montanha* anuncia que “(...) Dentro em breve será inaugurada uma ou duas universidades populares e a sociedade encetarà a publicação de folhetos e livros vários”¹³. Na verdade, as intenções envolvem-se acções travejadas por um ideal prioritário, com duas vias compossíveis de eficácia: perante a importância e premência do exercício educativo, a “Renascença Portuguesa” passa a actuar a diversos níveis, quer através da criação e funcionamento sistemático das Universidades Populares com os seus variados cursos, quer mediante a publicação de folhetos e livros, a abertura de uma Biblioteca de leitura pública e a continuidade editorial de *A Águia* e do lançamento do quinzenário *A Vida Portuguesa*. Esta será, sem dúvida, a área vocacional por excelência da sociedade portuense e aquela pela qual perdurará ao longo dos anos a sua real influência.

Ao publicar-se o primeiro número da segunda série de *A Águia*, em Janeiro de 1912, fica desde logo delineado o espaço para o seu renovado voo. Como todos por certo recordam, Pascoaes enuncia os desígnios da revista enquanto órgão do movimento, fixando-lhe um horizonte patriótico: “(...) dar um *sentido*

às energias intelectuais que a nossa Raça possui; isto é, colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que neste momento histórico abrasa todas as almas sinceramente portuguesas: – Criar um novo Portugal, ou melhor ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral, em que os corpos definharam e as almas amorteceram”¹⁴.

Temos, assim, delineado um ideal que busca não apenas uma realização espiritual, pois infere uma acção no plano prático, assente nos domínios intelectual e educativo. Propõe-se conferir, como afirma, um sentido à intelectualidade portuguesa, por outras palavras, levar o homem pátrio, culto, a trabalhar para um Portugal novo, para uma nova vida de “perfeição social”, de amor e de justiça, tal qual sublinhará o autor nesse mesmo artigo de abertura. Não se trata de uma linguagem demagógica, adequada pelo verbo pascoeseano à circunstância do novo impulso *aguilista*. Já antes – e sobretudo na sua mocidade, em que se aproximara das correntes anarquistas portuenses, Pascoaes manifestara idêntico desígnio de restauração, retirando o povo português da vivência amorfa em que caíra, amordaçado num tecido social carente de Educação e de justiça social, cujo nó se apertava com os esbanjamentos e os males da política, sem esquecer as apetências aculturantes que muitos pretendiam introduzir na identidade nacional.

Se folhearmos as páginas de *A Águia*, podemos comprovar que Pascoaes não foi uma presença assídua na revista. Num simples índice dos colaboradores aguilistas, encontramos da II série em diante apenas 52 entradas para o nome de Pascoaes, contra as 53 de Vila-Moura e outras tantas de Leonardo Coimbra, seguindo-se, em decréscimo, as 49 de José Teixeira Rêgo e as 35 de Jaime Cortesão. Porém, devemos ter em conta que este registo comparativista é artificioso e não deve servir a imediata correlação, pois trata-se de uma percentagem que ilude o facto de Pascoaes só ter colaborado permanentemente entre 1912 e 1924, tendo interrompido nesse ano, no fascículo 23-24, de Maio-Junho, com os versos “A Estrela e a Lâmpada” e só retornando à revista em 1932, com o poema “Ao Mocho”. Equivale isto a afirmar, portanto, que foi efectivamente Pascoaes quem durante a segunda e terceira séries de *A Águia*, mais colaborou, sendo também sabido que estas séries correspondem à da maior visibilidade da revista no meio literário e culto português.

Comungando dos ideais avançados por Pascoaes nos primeiros números da revista, muitos foram aqueles que manifestaram a sua adesão ao movimento renascentista e inscreveram os seus nomes nas páginas de *A Águia*. Razão tivera Pascoaes para o apelo que lançara com vista a uma ampla participação de todos os seus concidadãos, sem arvorar nesse convite qualquer sombra de facciosismo de bandeira ou de dogmatismo ideológico, apesar da sua prevalência no cargo de Director Literário. Nesse artigo em que apela para

uma fé inquebrantável no patriotismo e na crença de um renascimento espiritual, Pascoaes afirma de forma sincera e inequívoca: “À nossa sociedade serão bem vindos todos os homens de boa-fé e boa-vontade. *A Águia* receberá todas as opiniões, porque tudo o que for pensamento sincero e sentimento vivo servirá a causa que nós servimos”. Esta atitude colheu, como seria de esperar, grande impacto nos meios cultos dessa época, pois numerosos foram aqueles que abraçaram a causa renascentista e os princípios orientadores de *A Águia*, atribuindo a esta mobilização uma razão pátria e um sentir deveras humanista, aliando a um ideal de renascença espiritual uma acção transformadora da sociedade portuguesa. Homens esses que tinham os pés assentes na terra, mas não descuravam relançar o olhar para os longes das alturas.

Significativo é, portanto, o leque de personalidades das letras, das artes, da ciência e da política, do ensino e da filosofia, que prestam o seu apoio à iniciativa renascentista e deixam impressos os seus escritos, os seus versos, as suas opiniões, estudos, os seus desenhos e ilustrações. Nomes? Dezenas e ilustres: Aarão de Lacerda, Álvaro de Moraes, Afonso Cordeiro, Afonso Duarte, Afonso Lopes Vieira, A. Mendes Correia, António Arroio, Augusto Pinto, Basílio Teles, Carlos Parreira, Eugénio Aresta, Ezequiel de Campos, Fernando Pessoa, Gomes Leal, Hernani Cidade, João de Barros, Leite de Vasconcelos, Luís Cardim, Mário de Sá-Carneiro, Pina de Moraes, Raul Brandão, Vila-Moura..., deixando na sombra deste enunciado todos aqueles que mais directamente estavam ligados à revista e ao Movimento.

Do rol dos partícipes na redacção de *A Águia* e, concomitantemente, adjuvantes dos ideais defendidos pela “Renascença Portuguesa” há que reter, numa leitura possível de escala valorativa, o idealismo democrático, a educação como meio de formar homens, despertar consciências, animar os espíritos, a arte ponderada como símbolo de uma noção estética, espiritualizada, o primado da poesia sobre o realismo e o materialismo feito dialéctica, o *criacionismo* como filosofia da liberdade, no vértice, o saudosismo como teoria de conhecimento.

Entre os diversos artistas que participam na concepção estética e gráfica da revista, aduzindo desenhos, *clichés* e ilustrações, cujo cromatismo e ineditismo enriqueceram os extra-textos de *A Águia*, destacam-se os nomes de António Carneiro, Correia Dias, Cristiano de Carvalho, Cristiano Cruz, Cervantes de Haro, Pedro Duarte da Costa, Joaquim Lopes, Alberto de Sousa.

Quanto à participação de autores estrangeiros, ela fica bem representada no elenco que engloba os nomes de Miguel de Unamuno, Ribera y Rovira, Vicemnte Risco, Aubrey Bell, Emmanuele Portal, Nicolas Beaudoin, Philéas Lebesgue. Uma nota ainda para a presença dos escritores brasileiros, Homero Prates, Costa-Macedo, Afrânio Peixoto, Coelho Neto, Alfredo Mesquita, Mário de Alencar, Lima Barreto, Olavo Bilac.

Do âmbito geral, passemos a um exame particular, retomando o percurso de Teixeira de Pascoaes na sua ligação quase umbilical com *A Águia*, cuja direcção literária abandona em 1917, embora afirmando continuar a pertencer à redacção, conforme regista em carta que dirige aos restantes elementos directivos. No entanto, sem a presença do visionário Poeta do Marão a dirigir o nível literário da publicação, subtraída a aura que o arauto da *Igreja Lusitana* e da *Era Lusitana* aí irradiava, o órgão do movimento renascentista começa a declinar em termos de conteúdo e de relevância, decrescendo o sumário dos fascículos e sendo manifesta a ausência de determinados colaboradores até então habituais. Esta situação irá permanecer até meados de 1922, altura em que Leonardo Coimbra, auxiliado por Álvaro de Moraes, assume a direcção e os destinos da revista.

É certo que para esta decisão de Pascoaes terá contribuído, em grande parte, o confronto polémico em torno da Saudade e do saudosismo que António Sérgio instalou nas páginas de *A Águia*. Ambos veicularam em sucessivos artigos, publicados entre Outubro de 1912 e Julho de 1914, os tópicos principais que radicalizavam as suas respectivas posições. Reiterando o que escrevemos no estudo sobre a “Renascença Portuguesa”, o eixo em torno do qual veio a girar a polémica que colocou frente a frente o “Homem da Espada de Pau” (António Sérgio) e o “Arcanjo da Espada dum Relâmpago” (Teixeira de Pascoaes) pode ser fixado no antagonismo destas duas interpretações: “Eu chamei saudosismo ao culto da alma pátria ou da Saudade erigida em Pessoa divina e orientadora da nossa actividade literária, artística, religiosa, filosófica e mesmo social (...)”, contraposta a esta, sergista, “a saudade representa, se me permitem a franqueza, uma ideia artificial e convencional da literatura”.

Como se depreende, a palavra-chave desta divergência é SAUDADE, com toda a carga interpretativa que Pascoaes lhe incorpora e que Sérgio intenta anular. Se na primeira citação temos os matizes do teorema saudosista, outra era a rigidez e oposição de Sérgio, na segunda citação, aqui apenas esboçada. A sua atitude crítica e de controvérsia face a Teixeira de Pascoaes, centrada na palavra-símbolo *Saudade*, estendia-se até à “Renascença Portuguesa”, pois que nesta a corrente dominante era favorável ao idealismo do Poeta amarantino. A polémica incidirá, pois, não apenas tendo na barra dos juízos o direccionismo idealista da *Saudade* pressuposto no discurso pascoaseano, mas sim motivado pela interpretação histórica e pelo uso subjectivo do conceito de *Saudade* que Teixeira de Pascoaes exarava nas suas obras e nos seus artigos. Rompendo fogo às teorias deste e de outros renascentistas, que também defendiam o ideal saudosista, interpretando-o à luz da idealização legendária, de que falava Cortesão em *A Águia*, o cartesiano pensador dos *Ensaio*s sustentava nas colunas de *A Vida Portuguesa*: “Criemos nós um ideal presente, pelo estudo do presente: depois aparecerão os historiadores a demonstrar-lhe o direito histórico”¹⁵.

Por detrás do seu criticismo, António Sérgio repelia o interesse e a validade dos argumentos aduzidos a defender o valor da tradição histórica e os exemplos heróicos e patrióticos do passado, opondo-se, inclusive, a homens menos *saudosistas*, como Cortesão, que nas páginas do referido quinzenário se verá confrontado com um face-a-face polémico, dirimido pelo mesmo Sérgio.

Este, visando como que a esclarecer Pascoaes, assevera que o seu cepticismo ou a sua descrença não estava concentrada na Humanidade, “nestes tempos embrutecidos de estreito materialismo” (as palavras usadas por Sérgio pertencem, aliás, a Pascoaes) mas que lhe advinham “de Portugal e dos portugueses”. E rematava com esta afirmação: “Creio na ascensão da humanidade, na possível regeneração da minha pátria; sou céptico a respeito de muita ideia, como as virtudes da saudade e as profecias do Bandarra. Ligo de facto muita importância aos problemas educativos (...)”¹⁶.

Como se depreende, agudizavam-se as razões que opunham estes dois homens que, no fundo, pretendiam afinal o melhor para Portugal, mas em planos e com argumentos diametralmente contraditórios. António Sérgio dizendo que, citamos “cada melhoria no material da grande massa da população é uma base para o desenvolvimento da sua vida espiritual”¹⁷, e replicando Pascoaes que “a felicidade económica, só por si, não satisfaz o homem”¹⁸.

No seu trajeto *progressista*, o ilustre autor da *Educação Cívica* (apraz notar que a maior parte dos estudos de Sérgio desse época foram, não obstante, editados com a chancela da “Renascença Portuguesa”!) defendia para modelos a adoptar, tendo em vista a regeneração educativa, social e económica do país, as práticas seguidas em nações estrangeiras, mormente na Alemanha e na Inglaterra. Além disso, a sua tendência quase sempre subordinava os vários graus evolutivos de um povo a regras e práticas economicistas, pois até para o progresso moral concebia Sérgio uma relação de vassalidade confinante à economia, tomada esta como razão englobante, se não determinante, para uma atitude ética modelar. Porém, ao subscrever convictamente: “a minha tese é que o progresso moral de um povo está dependente do seu progresso económico”, Sérgio incorria num sofisma de resultados por demais conhecidos, retirando, por outro lado, de uma forma aleatória, a própria liberdade individual para uma conduta ética. Em última instância, coarctando sem consciência neste apriorismo, o indiviso espírito livre da pessoa humana, que detém toda a liberdade para se congregar com o Bem ou se desgragar com o Mal.

Olvidando as virtualidades da ideia-força do *Saudosismo*, “que é de facto a mensagem forte da *Água* enquanto pesquisa etno-psicológica da portugalidade, em busca duma antropologia essencial radicada na existência”¹⁹, António Sérgio e os seus defensores recusam ver na demanda de Pascoaes uma via de espiritualidade original, que almejava a descoberta de uma outra

Índia, aliás já indiciada por Fernando Pessoa no ensaio sobre a Nova Poesia Portuguesa, que escrevera para *A Águia*.

Traçado um breve perfil do órgão da “Renascença Portuguesa”, impõe-se pelo menos uma silhueta do tanto aludido quinzenário de inquérito à vida nacional, intitulado *A Vida Portuguesa*. De maior formato, dirigido por Jaime Cortesão, este boletim iniciou a sua publicação em 31 de Outubro de 1912 e nele se procurará noticiar as principais actividades do Movimento, registando-se as acções empreendidas, os planos lectivos e a estrutura dos cursos das Universidades Populares. Noutra vertente, as suas páginas abrem-se à discussão de assuntos económicos, científicos e educativos, pretendendo-se igualmente lançar por este meio um inquérito à vida nacional sob o quádruplo aspecto do problema religioso, pedagógico, económico e social. Para tal fim foram instituídas comissões, incumbidas da elaboração de formulários e posterior tratamento das informações que fossem recolhidas. Foi também na *Vida Portuguesa* que se dirimiu a polémica entre Jaime Cortesão e António Sérgio, a propósito das interpretações e leituras divergentes com que ambos defendiam o valor da História e o ensino das virtudes e heroísmos lusíadas. Publicado num total de 39 números, entre Outubro de 1912 e Novembro de 1915, o boletim *A Vida Portuguesa* documentava, como escreve Miguel Spinelli, “a obra da ‘Sociedade Renascença Portuguesa’, enquanto em *A Águia* esboçava-se um pensamento individual e renascentista”.

Das publicações, transitemos para a área medularmente educativa da “Renascença Portuguesa”.

2. A OBRA EDUCATIVA E CULTURAL DO MOVIMENTO...

Descrever o que foi a acção educativa do Movimento implica mencionar, de imediato o papel das Universidades Populares, distribuídas geograficamente pelas seguintes cidades: Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim, Vila Real e Lisboa, não tendo esta última prolongado por muito tempo o seu funcionamento. Com estas Universidades e o vasto programa de cursos e lições que nelas seriam dados cumpria-se um dos principais e mais relevantes objectivos propostos por Teixeira de Pascoaes e pelos seus companheiros de aventura renascentista. A Universidade Popular do Porto é inaugurada a 9 de Junho de 1912 e logo para o ano lectivo que seguia é delineado um plano que compreenderá a realização de quarenta e nove conferências para os cursos públicos, a par de algumas dezenas de lições integradas nos cursos especiais.

Estes cursos privilegiavam o estudo e a aprendizagem de línguas estrangeiras e os conhecimentos da prática comercial, ajustada às necessidades da

época. Destinados às classes menos instruídas e com formação escolar básica, por eles se pretendia inculcar as noções mais modernas nos campos da economia e do comércio. Diferiam assim os cursos especiais das lições públicas, populares, destinadas a estratos populacionais com menor nível de instrução, incentivando o gosto e o interesse pela língua portuguesa, pela história e pela literatura, com vista a um acrescido enriquecimento cultural, cívico e educativo. Para os cursos especiais, a “Renascença Portuguesa” regista a participação, no ano lectivo de 1914, de 252 alunos! Os cursos, em classes de vinte indivíduos, terão a duração de quatro meses, ao passo que aulas práticas de artes gráficas decorriam simultaneamente para eventuais interessados, ministradas na Tipografia da “Renascença Portuguesa”. Assinale-se ainda a participação da “Renascença Portuguesa” no programa de cursos do Centro Duarte Leite, a cuja abertura, realizada no Teatro Sá da Bandeira, em 26 de Outubro de 1913, deram empolgante brilho as intervenções de Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão.

Em Novembro de 1912 é inaugurada a Universidade Popular de Coimbra e, um ano depois, as Universidades Populares da Póvoa de Varzim e de Vila Real. Nesta última, são programados cursos de Línguas, de História Pátria, de Geografia e Matemática, de Ciências Naturais e Desenho. Se, na Universidade Popular de Lisboa, entretanto fundada, o maior desempenho cabe ao dr. Ferreira de Macedo, que a dirige, na Universidade Popular do Porto as dificuldades crescem devido à mobilização de alguns professores de primeiro plano para a primeira e recém-criada Faculdade de Letras do Porto, iniciativa que se fica a dever ao ministro da Instrução da época, Leonardo Coimbra.

Decorridos alguns anos de plena actividade educativa, a “Renascença Portuguesa” propõe-se começar a publicar as lições ministradas na Universidade Popular do Porto, “contando poder fazê-lo em folhas separadas, de maneira que, ao fim do ano lectivo, com elas se organize um pequeno volume enciclopédico – volume que seria, em qualquer humilde estante de operário, um belo documento de altas curiosidades acordadas, inteligência esclarecida, a vontade firme ao serviço dum superior objectivo de formação pessoal”. Contudo, será principalmente o ensino socrático, de que será modelar o mantido na Faculdade de Letras do Porto – de algum modo concretização mais alta do esforço que fora a criação das Universidades Populares – que permitirá a formação de um grupo de pensadores movidos pela busca da *verdade, condição e destino* do homem português.

Paralelamente às Universidades Populares, a “Renascença Portuguesa” lançou-se na edição de um conjunto notável de obras, cuja totalidade rondará as três centenas, entre 1912 e finais dos anos 20. Catalogados os primeiros volumes numa denominada “Biblioteca da Renascença Portuguesa”, é divulgado

um plano editorial ambicioso, que prevê a publicação de centenas de livros, agrupados por temas previamente fixados, a titular as futuras colecções. Os sócios da “Renascença Portuguesa”, por esta altura em número superior a duzentos, passavam não só a receber gratuitamente a revista *A Águia* como beneficiavam de um desconto de 50% em todos os títulos publicados. Das “Bibliotecas” fundadas importa nomear a *Lusitana*, dirigida por Alfredo Coelho de Magalhães e Jaime Cortesão, a *Infantil e Popular*, sob a responsabilidade de José Teixeira Rêgo, a de *Educação*, orientada por António Sérgio e, finalmente, a *Histórica*, sugerida por Raul Brandão, pretendendo reunir obras ou excertos de trabalhos históricos, esgotadas ou de difícil acesso. Há ainda registo de uma “Biblioteca Jurídica”, mas que não terá tido continuidade, se é que foi efectivamente inaugurada.

No Catálogo número 24 das edições da “Renascença Portuguesa”, datado de Setembro de 1929, podemos anotar mais de duas centenas de títulos publicados, o que, para a época, parece facto digno de realce. Aliás, este foi o maior empreendimento editorial que teve lugar no Porto ao longo do século xx. A projecção desta actividade não deixou de ser assinalada pela imprensa da época, como refere um articulista do jornal *A Montanha*: “A sua missão [da “Renascença Portuguesa”] é levantar o nível da nossa intelectualidade, pela conferência e pelo livro, ressuscitando do pó do tempo e do esquecimento em que foram sepultadas as obras das mais gloriosas figuras da literatura e da arte nacional e tornando conhecidos os modernos cultores das letras pátrias”.

Finalmente, no âmbito do ponto aqui tratado, uma menção para o facto de a “Renascença Portuguesa” manter aberta uma Biblioteca pública, a que tinham acesso associados e público em geral. Da revista ao livro, das Universidades Populares às Conferências e Salas de Leitura, a actividade da “Renascença Portuguesa” concretizou-se de uma forma extraordinária, sobretudo entre os anos de 1912 e 1928, data em que a III série de *A Águia*, então dirigida por Leonardo Coimbra, suspende a sua publicação. Um projecto global único e sem precedentes, cuja convulsão advirá com o encerramento da Faculdade de Letras do Porto e a dispersão dos professores e alunos que nela mantinham o espírito renascentista. António Sérgio, dissidente da teoria saudosista e crítico negativo da importância da revista *A Águia* na literatura portuguesa, não poderá contudo minimizar o alcance do movimento, pelo que escreverá nas páginas da *Seara Nova* – quiçá retractando-se da entrevista dada ao *Diário de Lisboa*, em 1935 – : “Considerada, pois, não como tentativa de doutrina comum (como eu a encarei) mas como organismo de edições e conferências, de divulgação de escritores de variada índole, de assistência e incentivo à actividade da escrita – a *Renascença* constituiu, no seu género, a iniciativa mais relevante da nossa terra”²⁰.

3. A MODERNIDADE DAS PROPOSTAS DA “RENASCENÇA PORTUGUESA”

Haverá, na verdade, um traço de modernidade na aventura literária e cultural que foi o Movimento da “Renascença Portuguesa”? Decerto que sim, se atendermos a muitas facetas da sua identidade e expressão. Desde logo, o impulso dos seus fundadores é de molde a provar que estes não se dispunham a qualquer mimetismo perante a situação sócio-política e cultural vigente na época. Republicanos nas suas convicções políticas, embora sem abdicar do individual credo religioso, os renascentistas procuraram concretizar um amplo plano de educação cívica e cultural, conscientes de que as amarras do passado e do quietismo pedagógico de maneira alguma contribuiriam para o desenvolvimento pátrio e para a consciencialização do homem português como personagem de uma nova história, partindo à descoberta desse “futuro mais glorioso do que a imaginação o ousa conceber”, nas palavras de Fernando Pessoa, com as quais conclui o primeiro artigo enviado para *A Águia*. Em perspectiva diversa mas convergente, moderníssimo é o projecto das Universidades Populares, não tanto na sua estrutura popular de ensino – no que foram precedidas pelas Universidades Livres – mas no alcance da sua objectividade educacional, aparelhando a aprendizagem das principais disciplinas do saber com o ensino técnico e profissional. Numa obra que terá brevemente edição portuguesa, *A Questão do Pré-Modernismo na Literatura Portuguesa*, o Professor João Ferreira defende que é necessário visitar todo o trajecto da “Renascença Portuguesa” e dos seus fundadores, atendendo a que uma pesquisa séria e liberta de ideologias contrastantes revelará os arcanos do modernismo português anterior a *Orpheu*, ou, expresso de outra forma e nas suas palavras “que a vontade europeia dos poetas de *Orpheu* não era um programa específico do grupo” pois subjaz a alguns homens da “Renascença Portuguesa”. Ora, se Raul Proença e Jaime Cortesão são os nomes que de imediato se perfilam nessa vanguarda, outros houve que também se interessaram pelo que de mais moderno se manifestava por essa Europa fora. Uma hermenêutica despida de preconceitos reconhecerá no pensamento criacionista de Leonardo Coimbra, por exemplo, os veios de uma visão moderna, quiçá explícita numa obra como *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*, que terá para breve tradução em línguas eslavas. E o sentido gnoseológico da *Saudade*, intuído por Pascoaes? Daí que seja legítimo falar de pré-modernismo e modernidade quando se tem em foco o Movimento da “Renascença Portuguesa” e uma parte dos seus lídimos representantes, mesmo que os parâmetros dessa adjectivação se articulem mais com os aspectos decorrentes da acção em vez de substantivar um ideário que, afinal, lançava raízes numa pessoalíssima arte de ser portugueses.

Seja como for, subsiste o desafio e o Movimento “Renascença Portuguesa” continua a aguardar que, através dos documentos e da memória colectiva que

embebeu coevos e futuros autores, com as suas respectivas obras, seja devidamente avaliada toda a herança daquele que se revelou, sem dúvida, um dos momentos mais fecundos e prospectivos do génio português.

NOTAS

¹ SÉRGIO, António – “O Problema da Cultura”, in: *O Problema da Cultura* (Prefácio), Porto, Renascença Portuguesa, 1914. Transcrito in *A Vida Portuguesa*, Ano II, n.º 23, 1-3-1914, 21-22.

² GOMES, Pinharanda – *Introdução à Saudade* (de parceira com Dalila Pereira da Costa), Porto, Lello & Irmão-Editores, 1976, 206.

³ MONTEIRO, Américo Enes – “A Recepção da Obra de Friedrich Nietzsche na Vida Intelectual Portuguesa (1892-1939)”, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1999 [texto policopiado], 126.

⁴ *Idem, ibidem*, 230.

⁵ SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa – Um Perfil Documental*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990, 345.

⁶ COIMBRA, Leonardo, “Homenagem a Alves da Veiga” (Discurso na Câmara dos Deputados) in *Diário da Câmara....*, sessão n.º 2, 19. Recolhido in *Leonardo Coimbra – Dispersos V*.

⁷ Vide SAMUEL, Paulo – *Do Idealismo Republicano ao Manifesto dos Emigrados*, Porto, Governo Civil do Porto, 1991.

⁸ SÉRGIO, António – “Questões Económicas – O Livre Câmbio”, in *A Vida Portuguesa*, Ano I, n.º 21, 15-1-1914, 2-3.

⁹ “Vária” in *A Águia*, n.º 1, 1.ª série, Porto, 1 de Dezembro de 1910, 16.

¹⁰ Biblioteca Nacional, *Jaime Cortesão – Raul Proença: Catálogo da Exposição Comemorativa do primeiro Centenário*, Lisboa, 1985, 277. Cf. com o estudo de António Braz de Oliveira, *Jaime Cortesão e Raul Proença: 30 anos de convívio epistolar*, sep. da Revista da B.N., Lisboa, 1986 (Jan.-Dez. 1986, 53-72).

¹¹ *Idem, ibidem*.

¹² PINTO, Álvaro in *A Vida Portuguesa*. Citado na revista *Ocidente*, vol. LII, n.º 226, Fev. 1957, 62.

¹³ CORTESÃO, Jaime – “A Renascença Portuguesa”, in *A Montanha*, 1.º Ano, n.º 254, 24-12-1911, 1.

¹⁴ Pascoaes, Teixeira de – “Renascença” in *A Águia*, II série, n.º 1, Janeiro 1912, 1-3.

¹⁵ SÉRGIO; António – “Variações do amigo Banana” in *A Vida Portuguesa*, Ano I, n.º 4, 15-12-1912, 28-30.

¹⁶ SÉRGIO, António – “Regeneração e Tradição Moral e Economia”, in *A Águia*, s. II, n.º 25, Janeiro 1914, p. 8.

¹⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁸ PASCOAES, Teixeira de – “O Saudosismo e a Renascença”, in *A Águia*, s. II, n.º 10, Outubro 1912, p. 114.

¹⁹ SILVA, A Barreiros M. – *Leonardo Coimbra e o Integralismo Lusitano*, Braga, 1982, 16.

²⁰ SÉRGIO, António, “Factos e Documentos. A ‘Renascença Portuguesa’ como corrente doutrinária como organização editora”, in *Seara Nova*, Ano XIV, n.º 443, 11.VII.1935, 162.

DEBATE

Público – Queria saudar o conferencista e colocar duas questões. No período que vai de 1880 – comemorações do centenário de Camões – até 1890 – ultimato –, houve fortes nacionalismos. Teófilo Braga foi o representante de um deles, mas houve outros. No meu estudo, há alguns anos, sobre António Sérgio, quis conhecer com exactidão a que é que ele se tinha oposto e fiz uma investigação sobre o nacionalismo. São vários os nacionalismos. A minha primeira questão é a de saber qual o contributo da “Renascença Portuguesa” e de *A Águia* no quadro deste tema. Que nacionalismo era aquele e como se inseriu nos nacionalismos desse tempo.

Esse nacionalismo teve uma palavra emblemática que é a palavra “saudade”, pode-se agora perguntar o que é “saudade”? Saudade é basicamente, julgo eu, uma nostalgia, mais do que uma melancolia, não é suficiente dizer que é uma nostalgia melancólica nem não-melancólica, o que eu sei é que é uma nostalgia. Agora, de que é que era nostálgico o Teixeira de Pascoaes? Se o sr. dr. me souber responder eu ficava-lhe grato. De que é que o Pascoaes tinha saudade? Qual é a teoria da saudade que surgiu com os homens dessa geração? Qual é a novidade da geração da Renascença Portuguesa na teoria da saudade? Na Renascença Portuguesa, tirando os célebres anti-saudosistas, havia um saudosismo ou vários saudosismos? Eu acho essa questão muito importante.

Quanto à questão de António Sérgio falar de vassalagem à economia, é necessário dizer que era, nesse particular, menos objectivo do que se dissesse, por exemplo, que Teixeira de Pascoaes era racista.

Paulo Samuel – Não queria interromper, mas queria dizer apenas nesse particular o seguinte: quando eu faço essa afirmação, contextualizo-a na relação dos escritos do António Sérgio, nessa época de réplica ao Pascoaes. Nos textos de António Sérgio nessa época, ele evoca sempre o factor económico como algo que pode, inclusive, servir de parâmetro para uma atitude moral. Recordo que os textos do António Sérgio, na altura, sobretudo estes aos quais eu me refiro, referem-se a réplicas, a respostas a outros de Pascoaes onde as questões são postas com muita clareza. Portanto, os textos do António Sérgio não traduzem apenas o seu próprio pensamento, mas uma forma de oposição clara às teorias de Pascoaes, não obstante o António Sérgio, mais tarde, vir a rever alguns textos em novas roupagens e, sobretudo, noções que tinha exposto nos artigos que escreveu, por exemplo, na *Águia*, relativamente ao Pascoaes. O que eu penso que há, e aqui um diálogo sobre a saudade levar-nos-ia para questões mais demoradas, mas eu penso se não será possível dizer isto: o que esteve na origem dissonância

das posições de António Sérgio e de Teixeira de Pascoaes foi um mútuo equívoco. Porque António Sérgio considerava que o saudosismo de Pascoaes seria instituído por este como regra de actuação ou de implantação de toda uma vertente social e económica de pensamento e Pascoaes pensava, efectivamente, que a tónica de Sérgio era apenas uma atitude demolidora, quando realmente nalguns textos e, sobretudo, nalguma actuação de António Sérgio denota-se um inequívoco sentido de conduzir Portugal para as margens de um modernismo, de um progresso.

P – O Sérgio era demolidor do nacionalismo e do saudosismo!

PS – Mas o Sérgio não devia confundir nacionalismo com saudosismo, porque o sr. doutor bem sabe que o nacionalismo do Alberto de Oliveira não tem nada a ver com o saudosismo de Teixeira de Pascoaes.

P – O que eu acho estranho é que passados noventa anos ainda não haja uma visão clara sobre o que é a saudade e o saudosismo.

PS – O sr. doutor sabe perfeitamente que a própria teorização da saudade tem sido feita através de alguns estudos, que nem sequer vou aqui referir por não estarem presentes as pessoas, em vários planos, que vão desde o plano de abordagem mais sentimental, que é aquele a que o sr. doutor se referiu, até um plano de ordem mais especulativa, e talvez teológica, como tem sido apresentado por alguns investigadores como é o caso, por exemplo, de Pinharanda Gomes.

Não há saudosismos, quando muito houve posteriormente diversas interpretações da saudade, como houve anteriormente a Pascoaes outros posicionamentos relativamente ao que seria a saudade. O próprio Pascoaes, que não deteve uma noética capaz de fundamentar tudo aquilo que era o seu pensamento ou o seu visionalismo do que era a saudade, descreveu vários tipos de aproximação à saudade em autores portugueses. O que também sabemos, sobretudo aqueles que se interessam mais sobre estas questões, é que o próprio Pascoaes, menos do que Leonardo Coimbra, não conseguiu expressar de uma forma racional o que era o seu entendimento da saudade. Leonardo fê-lo de uma forma mais profunda, tanto em escritos que deixou dispersos como, inclusive, em alguns inéditos.

P – Uma coisa é o que é a saudade segundo a, b, c, d, e, outra coisa é o que é a saudade segundo Teixeira de Pascoaes.

PS – Para isso bastará ler e reflectir, porque eu não sou o Teixeira de Pascoaes, dois ou três opúsculos que ele deixou publicados sobre a saudade.

P – Queria felicitar, antes de mais, o dr. Paulo Samuel pela exposição sintética mas bem pertinente que fez dos principais momentos do movimento da Renascença e de tudo o que lhe procedeu. A sensação com que eu fico é que há uma extrema ambiguidade no movimento da Renascença desde o início, e o facto de o movimento não ter chegado a publicar nem o manifesto de Pascoaes, nem o manifesto do Proença, é a melhor prova dessa ambiguidade. Há uma dificuldade de optar entre a arte de ser português do Pascoaes e a arte de ser europeu do Proença. É certo que Pascoaes ao colonizar a primeira fase da *Águia*, nomeadamente através dos artigos escritos por ele ao longo do primeiro ano da *Águia*, de algum modo compensa as suas derrotas, é isso que irrita Proença e, sobre-

tudo, Sérgio que, aliás, não deixará de dizer que praticamente todos os artigos de fundo são escritos por Pascoaes. De qualquer modo, não deixa de haver essa ambiguidade da vida da Renascença, a própria *Vida Portuguesa* representa uma abertura ao outro lado, uma abertura para o lado de Proença e de Sérgio, e não é por acaso que Sérgio irá colaborar frequentemente na *Vida Portuguesa*, aproveitando essa abertura que o Jaime Cortesão como director lhe dá. O Sérgio, aliás, vai-se entender sempre melhor com o Cortesão, apesar das polémicas, do que com o Teixeira de Pascoaes e é isto que explica também que a famosa dissidência do Proença e do Sérgio em relação à Renascença tenha vindo a ser, posteriormente, uma dissidência algo atenuada, compensada por alguma colaboração pontual mas apesar de tudo regular da parte do Sérgio. O que é curioso é que o Teixeira de Pascoaes tem sempre a ingenuidade de pretender que as suas posições não são radicalmente inconciliáveis com as posições do Proença, sobretudo no seu manifesto. E depois do Proença, na sua resposta ao Júlio de Matos (o Júlio de Matos faz a crítica ao Pascoaes e aos saudosistas), mostrar alguma simpatia pelo movimento sobretudo na sua vertente literária, há uma tentativa do Pascoaes de aliciar de novo o Sérgio e o Proença para a Renascença e para *A Águia*, sempre com o argumento de que as duas posições, no fundo, poderiam ser complementares e não alternativas mas, obviamente, colocando sempre o seu dogma saudosista como uma condição *sine qua non* de adesão, o que é tirar com uma mão o que oferecia com a outra. De maneira que o que me parece que está na origem da ruptura do Proença e do Sérgio é o facto deles entenderem que o saudosismo, erigido na prática como a filosofia oficial da Renascença Portuguesa, tornava o movimento extremamente redutor junto da intelectualidade portuguesa, quando o objectivo deles era criarem um vastíssimo movimento intelectual suprapartidário, que pudesse dar aos portugueses as receitas salvadoras para a situação dramática em que o país se encontrava. Ao criar uma filosofia oficial, Teixeira de Pascoaes é o factor de divisão e não um factor de alargamento e de união, mas por outro lado, a faceta da Renascença como um movimento simplesmente cultural, um movimento educativo, tudo isso são facetas que eles continuam a apoiar, o que a eles no fundo lhes repugna é que há essa filosofia oficial.

PS – Penso que o sr. doutor toca num dos pontos mais delicados desta questão. Efectivamente, o próprio Proença colocou reservas, na carta que escreve a Jaime Cortesão, em que fosse a própria *Águia* o órgão representativo ou divulgador desse movimento. Efectivamente, porque considerava que a *Águia* devia manter-se na linha da sua primeira série e das outras revistas que lhe são anteriores, onde já colaboravam parte daqueles que vão estar presentes na primeira série da *Águia*, considerava que seria mais uma revista literária e artística do que uma publicação onde se pudessem veicular opiniões, senão teses, sobre as novas linhas políticas e sociais que deviam travejar o novo espaço da República Portuguesa. A única reserva que ainda tenho, reportando-me a alguns textos do Pascoaes, é que, efectivamente, ele tenha colocado assim tanto essa tónica, como refere, no sentido em que se não fosse através do saudosismo não poderia ser conduzido todo este projecto de restauração de um novo Portugal. Aliás, como o sr. doutor sabe, no aspecto mais prático da Renascença Portuguesa, aquilo que

tem a ver com as universidades populares e as edições, o próprio Pascoaes está de algum modo ausente dessa movimentação. Ela corre mais, por um lado, com o apoio de uma figura que continua marginalizada e que é o Álvaro Pinto, e também por Leonardo Coimbra e Augusto Martins, por exemplo. Que Pascoaes gostaria ou teria pretendido instaurar o saudosismo como uma filosofia nacional, sem dúvida que isso será possível de julgar, não obstante o facto de Leonardo Coimbra nunca ter totalmente caucionado essa pretensão de Pascoaes. Mas, por outro lado, eu julgo que, efectivamente, no início da publicação da *Águia*, sobretudo essa presença de Pascoaes foi uma presença que serviu para cimentar desde logo as adversidades do António Sérgio e do Raul Proença, embora eu julgue à luz dos documentos que não seja possível pensá-lo em todo o processo que o movimento vai ter de 1912 a 1928/30. Mas admito o que o sr. doutor diz relativamente a essa imposição do Teixeira de Pascoaes, sobretudo aquando da publicação da segunda série da *Águia* e da formação do próprio movimento, onde se percebe claramente que está já cavada uma cisão, talvez mais de pensamento do que de ideias de acção, mas não creio que ela possa servir para justificar a não participação do Sérgio em toda a movimentação, sobretudo educativa e cívica, que teve a Renascença Portuguesa para lá da saída de Teixeira de Pascoaes, director da revista. Ele próprio em 1917, e o movimento da Renascença Portuguesa prolonga-se até aos finais dos anos vinte, afasta-se para Gatão e já não tem aquela militância que teve no início da publicação da segunda série.

P – Concordo que a situação depois da saída de Pascoaes está diferente, evidentemente. Agora, de início o Pascoaes é extremamente intransigente no que respeita ao seu credo religioso e artístico, considera isso uma espécie de dogma sem o qual não pode haver verdadeiros renascentistas, isso está patente sobretudo num artigo dele chamado “O saudosismo e a *Renascença*”, de Outubro de 1912. Mas em 1917, a situação suaviza-se e, aliás, Jaime Cortesão vai desempenhar um papel muito importante, porque há inclusivamente uma tentativa de Jaime Cortesão de dar um “golpe de revista” que é demitir o Álvaro Pinto em 1921 e transformar a *Renascença* e a *Águia* naquilo que eles depois teriam de fazer com a *Seara Nova*. Isto está patente na correspondência dele com Álvaro Pinto e deste com o Proença.

PS – Aliás, depois o Álvaro Pinto desenvolve aquela acção com António Sérgio no Brasil.

P – Eu queria só fazer-lhe duas pequeninas perguntas. Com a criação da Universidade Popular do Porto há a hipótese aberta a tipógrafos de estagiar e isso tem repercussões em toda a imprensa local, com a qualidade das gravuras, etc. Nas outras universidades populares nós temos também essa ligação a alguns artesãos de alguns ofícios, porque a universidade tinha esse aspecto de lidar com uma série de conhecimentos de carácter geral na linha do espírito da *Renascença*, com a execução de artes, e eu vou dizer porque é que faço a pergunta. É que eu lembro-me ainda de em 1957, quando entrei na Escola de Belas Artes de Lisboa, nós ainda estudávamos por uns livros que eu penso que se chamavam “Biblioteca Prática do Carpinteiro”, etc., que nos davam conselhos para fazer a ligação entre os operários com os quais nós íamos ter

contacto nas obras e nós que estávamos a ser formados como arquitectos. Só fez referência aos tipógrafos e havia toda uma tradição do trabalho do granito e da pedra, etc.

Outra questão é se essa população que frequentou essas conferências, se há quaisquer testemunhos de que há mulheres, porque há aqui artes e ofícios que eram mais desempenhados por mulheres, gostava de saber se porventura há algum testemunho de que as mulheres participariam nessas coisas públicas.

PS – Começo pelo último ponto dizendo que, até ao momento, não me foi possível verificar através de qualquer documento as participações e até os nomes de todos os que frequentaram esse curso, portanto não lhe posso responder. Relativamente à questão anterior, eu referi a parte da tipografia porque tenho mais afinidades com essa área. Mas tanto quanto sei alguns dos operários tipógrafos frequentaram e vinham até da Renascença Portuguesa. Efectivamente, a universidade tinha cursos especiais nocturnos, que se desenrolaram por um período de três a quatro meses, onde há disciplinas de, para além daquelas práticas de escrituração comercial, modelação em barro, por exemplo, que era dada por Ângelo Vidal e Carlos de Sousa, de trabalhos manuais educativos (onde poderá incluir-se a área que referiu), de música e nas acções educativas mais relacionadas com os cursos especiais há indicação de um curso tipográfico compreendendo as disciplinas de português, composição, impressão e desenho. Havia, de facto, uma componente prática e profissional nos cursos da Renascença Portuguesa, que é uma vertente que não teve a mão de Pascoaes. De facto, é essa área que eu considero particularmente importante para o estudo daquilo que pode constituir, a meu ver, a parte mais moderna que teve a Renascença Portuguesa no seu desenvolvimento prático entre 1912 e a guerra, porque aí suspendem-se os cursos e a acção das universidades populares.

P – O maior elogio que se pode fazer à Renascença Portuguesa e à *Águia* é no âmbito da sua colaboração cultural. Para que se não fique com a ideia de não gosto de Teixeira de Pascoaes devo dizer que, apesar dos seus ideais, não aderiu ao Estado Novo.

PS – Ele posicionou-se contra o Estado Novo.

P – Tal como Fernando Pessoa. Teixeira de Pascoaes foi um grande poeta e uma figura cívica.

PS – Aspecto importante, omissos nesta comunicação.

P – Pascoaes devia estar na galeria dos nacionalismos e ser estudado sob esse ângulo.